

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM – PE  
CONCURSO PÚBLICO 2012

15 QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Fábula: O leão apaixonado

Certa vez um leão se apaixonou pela filha de um lenhador e foi pedir a mão dela em casamento. O lenhador não ficou muito animado com a ideia de ver a filha com um marido perigoso daqueles e disse ao leão que era muita honra, mas muito obrigado, não queria. O leão se irritou; sentindo o perigo, o homem foi esperto e fingiu que concordava:

- É uma honra, meu senhor. Mas que dentes o senhor tem! Que garras compridas! Qualquer moça ia ficar com medo. Se o senhor quer casar com minha filha, vai ter que arrancar os dentes e cortar as garras.

O leão apaixonado foi correndo fazer o que o outro tinha mandado; depois voltou à casa do pai da moça e repetiu seu pedido de casamento. Mas o lenhador, que já não sentia medo daquele leão manso e desarmado, pegou um pau e tocou o leão para fora de sua casa.

Moral: Quem perde a cabeça por amor sempre acaba mal.

01. A fábula de Esopo:

- A. Não trata de nenhum tema específico.
- B. Pretende mostrar a estratificação social.
- C. Se utiliza de animais para denunciar o preconceito.
- D. Trata uma história de amor impossível.
- E. Denuncia a condição da mulher em nossa sociedade.

02. A fábula começa apresentando o leão e logo nos vêm à mente todas as características tradicionalmente atribuídas ao animal. Ao final da narrativa, porém, percebemos que o leão foi:

- A. Submisso
- B. Corajoso
- C. Cruel
- D. Justo
- E. Insano

03. Aponte a alternativa que contém uma característica pertinente ao texto:

- A. O tempo e o espaço em que os fatos se dão estão bem definidos.
- B. É uma narrativa curta, por isso não apresenta os elementos básicos da narrativa.
- C. Título insignificante para a trama.
- D. Encerra em si uma linguagem simples, pois dirige-se ao povo.
- E. Personagens são apenas animais que apresentam comportamento humano.

04. Considere as três afirmações abaixo acerca do texto lido:

- I. Apesar de tratar-se de uma narrativa é possível que consideremos algumas passagens argumentativas.
- II. Apresenta uma situação problemática, ou seja, existe um conflito.
- III. É narrado em 3ª pessoa.

Diante da análise acima, podemos afirmar que:

- A. I e II estão corretas.
- B. Apenas III está correta.
- C. I, II e III estão corretas.
- D. Apenas I está correta.
- E. I e III estão corretas.

05. O texto está repleto de adjetivos. Qual o papel fundamental deles na fábula?

- A. Caracterizar os personagens e a partir disso permear as ações sendo determinantes para o conflito e o desfecho da narrativa.
- B. Construir o próprio sentido do texto, sem adjetivos para sustentar a fábula, ela não se realiza como gênero textual.
- C. Nenhum, pois os adjetivos formam uma classe gramatical meramente alegórica.
- D. Mostrar a constância nas atitudes e pensamentos das personagens, fluindo para um desfecho claro e previsível.
- E. Acompanhar as mudanças no caráter do lenhador como personagem dotada de real humanidade.

06. A narrativa traz verbos no pretérito perfeito como ‘fingiu’ e ‘voltou’. O que a escolha desse tempo denota?

- A. Ações passadas, narrador descrevendo como os fatos iam prosseguindo.
- B. Ações iniciadas no passado, narrador prolongando o fato ocorrido.
- C. Ações passadas, ação ocorrendo até o momento da fala.
- D. Ações acabadas, distanciamento do narrador.
- E. Ações com valor de passado, narrador não conhece todas as nuances da história.

07. Em “mas que dentes o senhor tem!” A palavra sublinhada:

- A. Tem valor de contraste.
- B. Tem a função de realce.
- C. Dá a ideia de conformidade.
- D. Introduce uma hipérbole.
- E. É um aposto.

08. ‘Se o senhor quer casar com minha filha, vai ter que arrancar os dentes e cortar as garras.’ Em relação ao valor semântico da conjunção sublinhada:

- A. É de concessão
- B. É de adição
- C. É de contraste
- D. É de alternância
- E. É de condição

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM – PE  
CONCURSO PÚBLICO 2012

09. Em qual das alternativas NÃO houve erro no emprego da vírgula?

- A. O ministro das Comunicações Paulo Bernardo, disse que a melhoria da qualidade do serviço de telefonia móvel ainda vai demorar a ser percebida pelos usuários.
- B. "Os problemas, levarão meses para serem solucionados e nós não temos a pretensão de proibir as vendas durante esse tempo todo", afirmou.
- C. Segundo ele, o governo espera que as companhias apresentem um plano com "início meio e fim" para a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) indicando as medidas que tomarão, para satisfazer o usuário.
- D. "Não temos expectativa de que rapidamente vamos resolver todos os nossos problemas. Mas é possível apontar soluções, os caminhos, assumir compromissos públicos e a partir daí executar um plano", completou.
- E. Na tarde desta quarta-feira (25) o ministro recebeu o presidente-executivo do, Grupo Telecom Itália, Franco Bernabè, para conversar sobre a estratégia da empresa, dona da TIM, de solucionar o problema.

Capitulação

Delivery

Até para telepizza

É um exagero.

Há quem negue?

Um povo com vergonha

Da própria língua.

Já está entregue.

Luís Fernando Veríssimo

10. Qual a relação entre o título do poema e o texto?

- A. O estrangeirismo é mais um capítulo na série de situações em que o povo demonstra envergonhar-se da língua portuguesa.
- B. O povo rendeu-se aos estrangeirismos por vergonha da própria língua.
- C. Como significa 'exagero', o título é uma resumo do tema do texto.
- D. Na verdade, o texto fala mais sobre entrega do que sobre capitulação.
- E. O hábito de não só usar os estrangeirismos, como também de grafá-los em letra maiúsculas.

11. 'Há quem negue?' De acordo com as normas gramaticais o verbo 'haver' na frase:

- A. É impessoal, por isso o sujeito está explícito.
- B. É impessoal, pois tem o sentido de 'existir'.
- C. Verbo na terceira pessoal do singular, unipessoal.
- D. Empregado na terceira pessoa sem seguir nenhum tempo verbal.
- E. É um verbo auxiliar.



12. No último quadrinho o emprego do pronome oblíquo obedece a qual regra?

- A. Não se iniciam frases com pronome oblíquo.
- B. Frases com orações reduzidas de gerúndio, ocorre a ênclise.
- C. A ênclise deve ser empregada nas orações imperativas afirmativas.
- D. O infinitivo não está flexionado.
- E. O verbo é precedido por uma conjunção subordinativa.

Um grupo de juízes eleitorais está usando a nova Lei de Acesso à Informação para obrigar candidatos a divulgar, antes mesmo das eleições, quem são os doadores de suas campanhas.

Atualmente, a legislação eleitoral permite que os nomes sejam fornecidos aos tribunais eleitorais depois do pleito.

Pelo menos três atos normativos que usaram a lei como base foram baixados por juízes do Maranhão e de Mato Grosso.

O último foi da Justiça Eleitoral em Poconé (100 km de Cuiabá), que determinou nesta terça-feira (24) que os 65 candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador no município informem quem são os doadores e quanto dinheiro entrou nas campanhas.

Há duas semanas, um outro juiz também determinou a mesma medida para os candidatos de Cáceres, no sul de Mato Grosso.

De acordo com os atos, os dados deverão ser informados no envio de cada prestação de contas parcial aos tribunais regionais eleitorais locais, no início de agosto e de novo em setembro, e não depois de outubro, como é previsto na legislação.

Os candidatos que não quiserem fornecer os dados podem entrar com mandados de segurança na Justiça local.

13. Que outra palavra abaixo é acentuada pela mesma regra que 'juízes'?

- A. raíñas
- B. baú
- C. ônibus
- D. ministério
- E. útil

14. Os candidatos que não quiserem fornecer os dados podem entrar com mandados de segurança na Justiça local. O termo sublinhado tem a função de:

- A. Universalizar o vocábulo 'dados'.
- B. Especificar o termo 'dados'.
- C. Explicitar uma ideia contida no verbo 'fornecer'.
- D. Indicar uma pausa entre 'candidato' e 'mandados'.
- E. Restringir o sentido da palavra 'candidato'.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM – PE**  
**CONCURSO PÚBLICO 2012**

15. ‘divulgar, antes mesmo das eleições, quem são os doadores de suas campanhas.’. O termo sublinhado é classificado como:

- A. Vocativo.
- B. Adjunto adverbial.
- C. Aposto.
- D. Objeto direto preposicionado.
- E. Objeto direto.

**25 QUESTÕES DE CONHECIMENTOS  
ESPECÍFICOS**

16. Sobre a Lei Complementar Nº101/2000 e a Lei Orçamentária Anual é INCORRETO afirmar:

- A. Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- B. O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.
- C. É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- D. Integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas à pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, excluindo-se os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos
- E. A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

17. A Lei Nº 9.755/98 Estatui competências ao Tribunal para manter o sítio de contas públicas na internet, destinado a divulgar informações sobre a administração pública. São principais dados disponíveis, EXCETO:

- A. Leis de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos da União (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).
- B. Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal, Execução Orçamentária da União e Resultado Primário da União (Secretaria do Tesouro da União).
- C. Balanço Geral da União e Transferências Voluntárias de Recursos (Secretaria Federal de Controle Interno).
- D. Transferências Constitucionais e Reais (Banco Central do Brasil).
- E. Relatório/Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo, Exame dos Relatórios de Gestão Fiscal, e Coeficiente dos Fundos Constitucionais de Participação (Tribunal de Contas da União).

18. O orçamento consiste na formalização e sistematização das tarefas de planejamento e controle. São múltiplos os benefícios proporcionados pelo orçamento quando vinculado ao processo decisório, EXCETO:

- A. Expressa quantitativamente os ingressos e saídas de recursos, determinando o plano financeiro consoante aos objetivos organizacionais.
- B. Comunica metas de curto e longo prazo.
- C. Serve de base para coordenação das atividades operacionais.
- D. Sinaliza eventuais problemas de nível operacional (por meio da diferença entre desempenho real e orçado).
- E. Constitui referência para avaliação de desempenho.

19. É empregado quando para cada empreendimento os controles de ingressos, investimentos e saídas são segregados. São orçamentos específicos, porém partem de um orçamento geral. A relação de orçamentos não é exaustiva, na medida em que novas propostas conceituais podem surgir em resposta às limitações das propostas já existentes.

Esta é a definição de:

- A. Orçamento contínuo
- B. Orçamento incremental
- C. Orçamento por projeto
- D. Orçamento por atividade
- E. Orçamento estático

20. Constarão da Lei de Diretrizes Orçamentárias, EXCETO:

- A. As metas e prioridades da Administração Pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício subsequente.
- B. As orientações a serem seguidas na elaboração do orçamento do exercício subsequente.
- C. Os limites para elaboração das propostas orçamentárias de poder único.
- D. Disposições relativas às despesas com pessoal (art. 169 da CF).
- E. Política da aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

21. O Orçamento-programa pode ser definido como sendo “um plano de trabalho expresso por um conjunto de ações a realizar e pela identificação dos recursos necessários à sua execução”. Possui as seguintes vantagens, EXCETO:

- A. Ênfase no que se gasta e não no que a instituição realiza.
- B. Melhor determinação das responsabilidades.
- C. Maior oportunidade para redução dos custos.
- D. Maior compreensão do conteúdo orçamentário por parte do Executivo, do Legislativo e do público.
- E. Facilidade para identificação de duplicação de funções.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM – PE**  
**CONCURSO PÚBLICO 2012**

22. A destinação de recursos públicos para atender necessidades de pessoas físicas ou cobrir déficit de pessoas jurídicas somente poderá ser autorizada por lei específica e desde que atenda às condições estabelecidas na LDO e esteja prevista na LOA ou em créditos adicionais. Estão incluídas nessas exigências as concessões de, EXCETO:

- A. Empréstimos.
- B. Financiamentos.
- C. Refinanciamentos e respectivas prorrogações e composição de dívidas.
- D. Subvenções.
- E. Participação em constituição ou diminuição de capital.

23. Consideram-se recursos disponíveis para fins de abertura de créditos suplementares e especiais, além da reserva de contingência:

- A. O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.
- B. Suplementos de guerra comoção interna ou calamidade pública.
- C. Os provenientes do excesso de arrecadação.
- D. Os resultados de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei.
- E. O produto de operações de crédito autorizados em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

24. A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, na sua concepção original, tinha como função básica orientar a elaboração dos orçamentos anuais, além de estabelecer as prioridades e metas da administração, no exercício financeiro subsequente. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO recebe novas e importantes funções, sendo as mais importantes, EXCETO:

- A. Dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.
- B. Estabelecer critérios e formas de limitação de empenho, na ocorrência de arrecadação da receita superior ao esperado, de modo a comprometer as metas de resultado primário e nominal previstas para o exercício.
- C. Dispor sobre o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados pelo orçamento.
- D. Disciplinar as transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
- E. Quantificar o resultado primário a ser obtido com vistas à redução do montante da dívida e das despesas com juros.

25. O percentual para as despesas com pessoal válido para estados e municípios não deve ultrapassar:

- A. 30% da RCL
- B. 40% da RCL
- C. 50% da RCL
- D. 60% da RCL
- E. 70% da RCL

26. Segundo as despesas correntes do art. 12 e 13 da Lei 4.320/64, são transferências correntes, EXCETO:

- A. Subvenções sociais
- B. Material de Consumo
- C. Salário-família e abono
- D. Juros da Dívida Pública
- E. Inativos

27. A competência é a repartição do poder fiscal entre as pessoas de direito público, conferindo-lhes a possibilidade de criar o tributo. São características da competência tributária, EXCETO:

- A. Privatividade.
- B. Delegabilidade.
- C. Incaducabilidade.
- D. Inalterabilidade.
- E. Facultatividade de seu exercício.

28. É o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do Ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios, tratados e operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses.

Esta é a definição de:

- A. Dívida mobiliária
- B. Dívida contratual
- C. Dívida ativa
- D. Estoque da dívida
- E. Receita pública total

29. As operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) somente poderão ser realizadas a partir do décimo dia do início do exercício, devendo ser saldadas, como os respectivos juros e encargos até o dia:

- A. 10 de dezembro de cada ano.
- B. 20 de dezembro de cada ano.
- C. 31 de dezembro de cada ano.
- D. 10 de novembro de cada ano.
- E. 20 de novembro de cada ano.

30. O Orçamento Público é um processo de planejamento contínuo e dinâmico que o Estado utiliza para demonstrar seus planos e programas de trabalho como um todo e de cada um de seus órgãos em particular para determinado período. Ele é estabelecido com base nos seguintes princípios fundamentais, EXCETO:

- A. Unidade do documento: o conjunto das despesas e das receitas deve estar reunido em um documento único. Cada esfera de governo deve possuir apenas um orçamento, fundamentado em uma única política orçamentária e estruturado uniformemente. Assim, existe o orçamento da União, o de cada estado e o de cada município.
- B. Universalidade: princípio segundo o qual a lei orçamentária deve compreender todas as receitas e todas as despesas pelos seus totais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM – PE  
CONCURSO PÚBLICO 2012

- C. Anualidade: o orçamento corresponde a um exercício anual.
- D. Princípio do equilíbrio: as receitas estimadas do exercício devem ser iguais ou inferiores no máximo 10% às despesas fixadas.
- E. Noção de especificação: cada dotação deve ter um destino determinado e estar associada a uma ação específica.

31. Administrado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) – visa ao equilíbrio econômico-financeiro do governo federal, dentro dos limites da receita e da despesa públicas. Compreende atividades de programação financeira da União, de administração de direitos e haveres, de garantias e obrigações de responsabilidade do Tesouro Nacional e de orientação técnico-normativa referente à execução orçamentária e financeira.

Esta é a definição de:

- A. Sistema Federal de Contabilidade
- B. Sistema Federal de Controle Interno
- C. Sistema Federal das Receitas da União
- D. Sistema Federal do Tesouro Nacional
- E. Sistema Federal de Administração Financeira

32. A Concessão de garantia refere-se:

- A. Ao estabelecimento de que todas as despesas e receitas relativas à dívida pública devem constar na Lei Orçamentária.
- B. Ao compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
- C. Ao compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações semelhantes, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
- D. À dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, pelos estados e pelos municípios.
- E. Ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 meses.

33. Dos Mecanismos de Correção de Desvios, se a despesa total com pessoal exceder a noventa e cinco por cento (95%) do limite, ficam vedados ao Poder ou órgão referido que houver incorrido no excesso, EXCETO:

- A. Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título.
- B. Criação de cargo, emprego ou função.
- C. Alteração de estrutura de carreira que implique diminuição de despesa.

- D. Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança.
- E. Contratação de hora extra, salvo em situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

34. Segundo a LRF, deverá sempre ser obedecida a “Regra de Ouro”, que diz o seguinte: a contratação de operações de crédito em cada exercício fica limitada ao montante da despesa de capital. Na prática, isso significa que os empréstimos somente deverão ser destinados a gastos com investimentos. São proibidas, EXCETO:

- A. A captação de recursos na forma de antecipação de receita de tributo ou contribuição, cujo fato gerador já tenha ocorrido.
- B. Recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos.
- C. A assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação semelhante, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes.
- D. A assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços.
- E. Qualquer tipo de concessão de novo crédito ou financiamento da União, Estados, Distrito Federal e Municípios entre si, ainda que para refinanciamento ou postergação de dívida, exceto operações de crédito com instituição financeira estatal, não destinadas ao financiamento de despesas correntes ou refinanciamento de dívida não contraída com a própria instituição que conceda o crédito.

35. A busca da transparência na gestão fiscal é um dos elementos fundamentais para a manutenção do equilíbrio das contas públicas. Sobre estas é INCORRETO afirmar:

- A. Atesta o atendimento dos limites, condições, objetivos e metas.
- B. Firma responsabilidades.
- C. Justifica desvios e indica medidas corretivas.
- D. Define o prazo estimado para correção.
- E. Restringe acesso público a dados concisos e substanciais das contas públicas.

36. Na Sistematização das penalidades relacionadas à gestão da dívida pública, são penalidades fiscais:

- I. Suspensão de transferências voluntárias.
- II. Impossibilidade de contratação de operações de crédito.
- III. Necessidade de obtenção de resultado primário.
- IV. Penas por crimes (detenção, reclusão, cassação de mandato, perda do cargo, inabilitação para exercício de qualquer função pública por até cinco anos).

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIMIRIM – PE  
CONCURSO PÚBLICO 2012

- V. Penas por infrações administrativas (multa de 30% dos vencimentos anuais).

Estão CORRETAS:

- A. I e IV
- B. I, II, III
- C. II, IV, V
- D. IV e V
- E. I, II, III, IV, V

37. Segundo a Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, os Limites para dívida fundada ou consolidada líquida para Municípios:

- A. Não poderá exceder a 350% da RCL.
- B. Ao final de 15 anos (2002-2017) não poderá exceder a 120% da RCL.
- C. Ao final de 15 anos (2002- 2017) não poderá exceder a 150% da RCL.
- D. Ao final de 15 anos (2002- 2017) não poderá exceder a 200% da RCL.
- E. Ao final de 15 anos (2002- 2017) não poderá exceder a 250% da RCL.

38. Sobre a vedação em matéria de operação de crédito; O Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros. São regras legais (LRF, arts. 35 e 39), EXCETO:

- A. É vedada a assunção direta ou indireta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito ou sem autorização orçamentária para pagamento a posteriori.
- B. É vedada a emissão de títulos da dívida pública pelo Banco Central.
- C. O Banco Central só poderá comprar diretamente títulos emitidos pela União para refinanciar a dívida mobiliária federal que estiver vencendo na sua carteira.
- D. É vedado à União (por meio do Tesouro Nacional) adquirir títulos da Dívida Pública Federal existentes na carteira do Banco Central, salvo para reduzir a dívida mobiliária.
- E. Nenhuma das anteriores.

39. Dentre as exigências legais para a realização de transferências voluntárias, destacam-se, EXCETO:

- A. Cumprimento das disposições da LDO sobre a matéria.
- B. Existência de dotação específica na lei orçamentária.
- C. Não serem destinadas a pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionistas da União, Estados, DF e Municípios.
- D. O beneficiário deverá comprovar, previamente ao recebimento dos recursos, que se acha em dia com o pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos

devidos ao Ente transferidor, inexistirem pendências quanto a prestação de contas de recursos já recebidos, que obedece aos limites constitucionais para gastos com educação e saúde, além daqueles relativos à dívida, despesas com pessoal e restos a pagar.

- E. Existência de contrapartida no orçamento do ente beneficiário.

40. A remissão é o perdão da dívida. Trata-se de liberação voluntária do devedor por ato do credor. A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder a remissão. Essa autoridade pode conceder o perdão, por despacho fundamentado, levando em conta, EXCETO:

- A. A situação econômica do sujeito passivo.
- B. O erro ou ignorância escusáveis do sujeito ativo, quanto à matéria de fato.
- C. A diminuta importância do crédito tributário.
- D. Considerações de equidade, em relação às características pessoais ou materiais do caso.
- E. Condições peculiares à determinada região do território da entidade tributante.